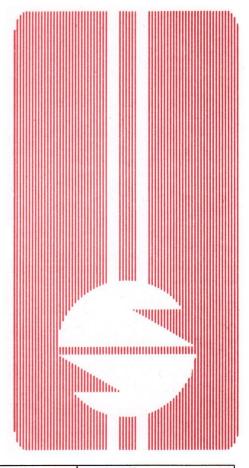
# Faculdade de Ciências Econômicas ON ONISCO ON ONICO

- ◆ A TEORIA NEOCLÁSSICA (PURA) E A TEORIA NEO-AUSTRÍACA FRENTE AO LEGADO CARTESIANO Eleutério F. S. Prado
- ♦ MEDIDAS DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: UMA RESENHA Marcelo Resende
- ◆ SISTEMA TRIBUTÁRIO E IMPOSTO ÚNICO SOBRE TRANSAÇÕES Ricardo Letizia Garcia
- ♦ ECONOMIA DO NORDESTE: TENDÊNCIAS DAS ÁREAS DINÂMICAS Policarpo Lima
- ◆ CUSTOS E BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO DO GRUPO ANDINO Marco Antônio Montoya
- ♦ PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA Egon Roque Fröhlich



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Reitor Prof. Hélgio Henrique Casses Trindade FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS Diretor Prof. Pedro Cézar Dutra Fonseca CENTRO DE ESTUDOS E PEQUISAS ECONÔMICAS Diretor Prof. Paulo Alexandre Spohr DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS Chefe: Prof. Achyles Barcelos da Costa CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA Coordenador Prof. Nali de Jesus de Souza CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL Coordenador. Prof. Atos Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Fernando Ferrari Filho, Juvir Luiz Mattuella, Marcelo Savino Portugal, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno R. L. de Figueiredo Pinto, Otília Beatriz K. Carrion, Paulo Alexandre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Roberto Camps Moraes, Valter José Stülp, David Garlow (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Augusto Lanzer (UFSC), Eleutério Prado (USP), Fernando de Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), João Rogério Sanson (UFSC), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.).

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Marcelo Savino Portugal, Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Cláudia Porto Silveira, Jeferson Luis Bittencourt e Vanete Ricachescki (revisão de textos)

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista Análise Econômica são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte. Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e recensões. Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA
Revista Análise Econômica
Av. João Pessoa, 52
CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL
E-MAIL: NALI@VORTEX UFRGS BR
Telefones: (051) 316-3348 e 316-3440
Fax: (051) 225-1967

# ECONOMIA DO NORDESTE: TENDÊNCIAS RECENTES DAS ÁREAS DINÂMICAS

Policarpo Lima

### SINOPSE

Este trabalho examina as transformações recentes observadas na economia do Nordeste brasileiro. Enfatiza o estudo das chamadas "frentes de expansão", tentando mostrar as suas repercussões dinâmicas na região. Com isso procura, por um lado, mostrar que essas áreas não se constituem em enclaves e, por outro, realça o papel importante exercido pelo Estado como agente principal, por vias diversas, do surgimento desses subespaços econômicos, que contrastam com o quadro geral de estagnação observado nos anos recentes.

# 1. INTRODUÇÃO

O quadro geral de crise econômica e de persistente estagnação da economia brasileira tem levado a análises bastante pessimistas quanto às perspectivas de retomada do crescimento. O tom sombrio acentua-se mais ainda quanto a possibilidade de melhoria dos padrões de vida da maioria da população que, como se sabe, mesmo em períodos de intenso crescimento não evoluíram de forma satisfatória.

As preocupações acima tornam-se mais evidentes se as análises enfocam o espaço econômico do Nordeste, região reconhecidamente carente de estímulos e com problemas maiores, relativamente a outras regiões. Aqui algumas análises têm realçado as dificuldades adicionais de ser esta região afetada por possíveis tendências dinâmicas mesmo num quadro, pouco esperado, de retomada do crescimento. Em suma, se o tom das análises, em geral, tem sido sombrio, quando estas referem-se ao Nordeste, as cores escuras são absolutamente destacadas, seja pelas reais dificuldades, seja pelo conhecimento insuficiente de certos processos econômicos e sociais em curso, ou ainda pela dificuldade de encarar com menos pessimismo as chances de desenvolvimento na periferia.

Em que pece reconhecermos as condições diferenciadas em que fatores diversos contribuem para anuviar as perspectivas de desenvolvimento do Nordeste, gostaríamos, porém, de chamar a atenção para algumas áreas dinâmicas que têm assumido proporções crescentes no cenário econômico regional. Estas poderão contribuir para alterar, caso persistam as tendências até aqui detectadas, a

<sup>\*</sup> Professor do Pimes/UFPE. Esse trabalho beneficiou-se de auxílio financeiro da FACEPE.

Cód, AEA	Palavras-chave:	desenvolvimento	regional,	polarização,			
945	frentes de expansão.						

	ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 12	março e setembro/94	p. 55-73
- 1			,	

realidade econômica do Nordeste pelo menos em alguns de seus subespaços.

Embora já relativamente conhecidas essas "manchas" de dinamismo, não parecem ter merecido a devida atenção, sendo em muitos casos erroneamente consideradas como meros focos localizados, ou até como verdadeiros enclaves que assim não trariam maiores repercussões sobre a diversificação das demais atividades econômicas, seja em nível local ou regional.

Nesse contexto, é nossa preocupação aqui chamar a atenção para fenômenos em andamento em subespaços dinâmicos do Nordeste que merecem uma reavaliação em seus efeitos de encadeamento. Num segundo objetivo, gostaríamos de realçar o papel importante exercido pelo Estado como agente principal, através de vias diversas, do surgimento e expansão destes subespaços onde despontam tendências destoantes com o cenário geral de estagnação, miséria e contrastes, que tem caracterizado a cena econômica brasileira, e particularmente a nordestina, nos últimos anos.

As áreas a que nos referimos, que aqui serão tratadas como "frentes de expansão" ou "pólos dinâmicos", etc, são o Complexo Petroquímico de Camaçari, as zonas agroindustriais de Petrolina/Juazeiro do submédio São Francisco e dos cerrados do Oeste da Bahia, o pólo têxtil/confecções de Fortaleza e o pólo mineirometalúrgico Carajás-São Luis Além dessas "frentes" sabemos da existência de ocorrências mais recentes de expansão, em dimensões menores, em outras regiões como o Agreste pernambucano (confecções e pecuária), agricultura de grãos do Sul do Piauí e do Maranhão, bem como a fruticultura no Rio Grande do Norte (Vale do Acu).

Émbora também importantes em termos de tendências, estas últimas áreas não serão aqui diretamente tratadas por no terem sido incluídas no âmbito da pesquisa em que se baseia este trabalho. Adicionalmente cabe uma referência ao turismo, não analisado aqui, atividade que tem se expandido rapidamente ao longo das principais cidades litorâneas como Salvador, Maceió, Recife, Natal e Fortaleza e ainda no Sul da Bahia, e que está a merecer um estudo detalhado sobre suas principais características, impactos e perspectivas de expansão.

# 2. O COMPORTAMENTO RECENTE DA ECONOMIA NORDESTINA

A partir da década de 1960, a economia brasileira experimentou um processo de integração regional, envolvendo a transferência inter-regional de capitais produtivos que finalizou o longo processo de formação do mercado nacional iniciado com base nas trocas comerciais, a partir do final do século XIX.

Como agente importante dessa última fase, a chamada integração produtiva da evolução histórica da economia brasileira, encontra-se a atuação do Estado e das políticas regionais que contribuíram decisivamente para a mencionada transferência inter-regional de capitais produtivos. Em função principalmente destas políticas, observou-se um movimento de inversão da "polarização" das atividades econômicas no Sudeste, com avanços conseqüentes no peso das demais regiões na formação do PIB brasileiro, sobretudo crescendo a fatia do Norte e do Centro-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Tal pesquisa tem por título "A Economia do Nordeste: as Potencialidades das Novas Frentes de Expansão", desenvolvida no PIMES/UFPE a cargo dos professores Policarpo Lima e Fred Katz. Esse "paper", aliás, beneficiou-se amplamente de discussões feitas ao longo da pesquisa com o Prof. Katz.

Oeste, mas também o Sul e o Nordeste (Diniz e Lemos, 1989 e Guimarães Neto, 1990 ).<sup>2</sup>

Assistimos desde então ao desenrolar de um movimento tendencial de homogeneização do processo de reprodução do Capital, o que, tomando por base a existência ou não de especificidades nesta reprodução, tem levado à redução continuada e crescente das diferenciações nessa reprodução em nível de cada região geográfica (Oliveira, 1977). Nesse contexto, forja-se um espaço econômico integrado onde a região hegemônica, o Sudeste, lidera o processo de acumulação, definindo-se ainda uma divisão inter-regional do trabalho que aos poucos estreita os limites das possibilidades de diversificação das atividades produtivas nas demais regiões. Embora reduzidas estas chances de diversificação, devemos ter em mente que elas têm se concretizado em alguns casos quando verifica-se a ação conjunta dos fatores locacionais já referidos, que vêm condicionando o movimento de "despolarização".

No Nordeste, essa observada desconcentração pode ser aferida a partir das taxas de crescimento registradas ao longo das últimas décadas. De forma associada, também observa-se certo progresso na evolução de outros indicadores como, por exemplo, a renda per capita. Entre 1960 e 1989 o Nordeste cresceu a uma taxa média anual de 6,4%, enquanto a economia brasileira avançava em 6,0% ao ano. Ao mesmo tempo, o produto per capita do nordestino passa de 43,5% em 1960 para 61,4% do produto per capita do Brasil em 1988 (Maia Gomes, 1991). Esses dados, embora ainda pouco satisfatórios, contrastam bastante com a situação vivida nas décadas anteriores a 1960, quando o Nordeste crescia sistematicamente num ritmo inferior ao verificado para o Centro/Sul do País.

Algumas características gerais desse crescimento merecem destaque. Em primeiro lugar, deve ser ressaltado que, em nível setorial, o setor terciário foi o que mais cresceu ao longo dessas três décadas o que, entre outros fatores, reflete a atuação importante do setor público, do sistema financeiro, que tem ganho participação em nível nacional e regional com o crescimento da inflação a partir do final dos anos 70 e, finalmente, do chamado setor informal (Tabela 1).

Outro aspecto a destacar é a tendência do setor industrial no sentido da crescente participação dos bens intermediários, que juntamente com os não-duráveis constituem os segmentos mais importantes do parque industrial regional. Aqui reside um dos pilares da divisão inter-regional do trabalho, onde o Nordeste tem assumido até aqui, o papel crescente de fornecedor de insumos, notadamente do ramo químico, para a transformação final concentrada no Sudeste. Conforme veremos a seguir, é possível, porém, que com os desdobramentos das "áreas dinâmicas", esse peso dos intermediários venha a ser alterado no futuro próximo

Ao realçar o papel do Estado nesta "despolarização", não queremos desconhecer que fatores ligados à base de recursos naturais e às deseconomias de aglomeração também contribuíram para a referida desconcentração das atividades produtivas, conforme enfatizam Diniz e Lemos, 1989

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Devemos ter claro em mente que essa homogeneização não é linear nem uniforme, podendo dar lugar a recriações de relações "arcaicas" e ao aprofundamento de heterogeneidades na estrutura produtiva (Guimarães Neto, 1989).

Observa-se nesses dois segmentos tendências opostas. Enquanto os não-duráveis declinam de participação no VTI (66% em 1960 e 42% em 1984) os intermediários acrescem seu peso (31% em 1960 e 49% em 1984).

Tabela 1 - Nordeste: Evolução da Participação Setorial - no PIB, 1965-1989

	Taxas anuais de	Partipações ajustadas	
Setores	crescimento, 1969/89	1969	1989
Agropecuária	3,1	29,0	13,4
Indústria	7,0	23,1	29,4
Serviços	8,2	47,9	57,2

Fonte: Dados Brutos - SUDENE, DPG/PSE, Grupo de Contas Regionais, apud: Maia Gomes, 1991, p.79

Outro ponto que merece realce é a concentração de atividades produtivas, em nível regional, nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Uma idéia dessa concentração é dada pelos valores das liberações de incentivos fiscais via SUDENE. De um total de US\$ 6,7 bilhões, liberados ao longo de três décadas (1963/90), foram alocados 29,4% na Bahia, 17,5% em Pernambuco e 16,0% no Ceará, ou seja 62,9%. Por outro lado, devemos considerar que os Estados do Rio Grande do Norte, Maranhão e Alagoas foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento do PIB nos anos 80, o que, caso se mantenha a tendência, deverá contribuir para uma reversão da concentração produtiva naqueles Estados, ou seja, BA, PE e CE (Lima e Katz, 1992).

De uma maneira geral, portanto, a face econômica do Nordeste tem se alterado de forma positiva, em boa parte graças aos incentivos fiscais, nas últimas décadas, embora os indicadores sociais, mesmo melhorando, ainda registrem dados alarmantes. Por exemplo: a expectativa de vida era de 54 anos em 1986, semelhante a do Haiti; a mortalidade infantil era de 100 por mil, sendo a mesma verificada no Zaire; a taxa de alfabetização equivalia à de Honduras, ou seja, 59,5% (Duarte, 1989). Mesmo assim, deve-se considerar que esses indicadores já apresentaram-se bem piores, antes das transformações econômicas verificadas nas três últimas décadas. <sup>6</sup>

# 3. AS ÁREAS DINÂMICAS: INDICAÇÕES DE PERSPECTIVAS

Em boa parte pelo menos, as transformações mostradas acima têm muito a ver com a expansão observada nas chamadas "frentes dinâmicas" que merecem um exame mais cuidadoso no que diz respeito às suas implicações já observáveis e às potencialidades futuras. Aqui, tentaremos resumir esses efeitos e perspectivas para que se possa melhor avaliar o camínhar da estrutura produtiva regional.

# 3.1 O Pólo Petroquímico de Camaçari

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Vale aqui ressaltar que, apesar de postos constantemente em xeque por interesses diversos, o total de incentivos fiscais destinados ao Nordeste em três décadas assume proporções insignificantes, caso comparado, por exemplo, com investimentos e incentivos diversos destinados pelo Estado ao Centro/Sul do País. Esses dados, contudo, não isentam o sistema de incentivos de reformulações e aperfeiçoamentos.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Em 1960 a expectativa de vida era de 43,5 anos, a mortalidade infantil de 154,9 por mil e a taxa de alfabetização de 34,2% (Maia Gomes, 1991).

Certamente de todos os pólos dinâmicos, o mais estudado e conhecido, o complexo de Camaçari é a primeira manifestação concreta de descentralização da chamada indústria pesada que teve como agente o investimento estatal. Inserido em meio à política de substituição de importações e à estratégia de "desconcentração concentrada" das atividades industriais, o Pólo Petroquímico de Camaçari constitui-se num dos principais pilares da crescente importância da produção de bens intermediários no Nordeste. Implementado ao longo dos anos 70, esse pólo significou um investimento total da ordem de US\$ 4,5 bilhões. Além disso, encontra-se em andamento, embora com atrasos, um programa de ampliação que, caso totalmente concluído, deverá elevar para cerca de US\$ 6,0 bilhões o investimento total.

Viabilizado com a participação de capitais privados nacionais e multinacionais e, principalmente, com o suporte estatal, o Pólo Petroquímico de Camaçari contou com fontes de financiamento as mais diversas. Os sócios multinacionais, por exemplo, entraram principalmente com a cessão da tecnologia integralizada como capital, cabendo ao esquema estatal a maior fatia seja sob a forma de investimentos diretos da Petrobrás e subsidiárias, seja sob a forma de recursos do FINOR (US\$ 403 milhões) e assemelhados e de empréstimos, em condições bastante favoráveis, do BNDES (US\$ 965 milhões), bem como através de redução de impostos de importação de equipamentos, isenção de imposto de renda por dez anos, redução do ICM etc. (Suarez, 1986). Trata-se, portanto, de um nível elevado de envolvimento do setor público embasado na decisão, onde pesaram também aspectos não estritamente econômicos, de descentralizar a produção nacional de petroquímicos, articulada com a disponibilidade de matéria-prima proveniente da Refinaria de Mataripe.

A magnitude do complexo de Camaçari não se limita ao valor dos investimentos. Também, e principalmente, se reflete nos impactos diretos e indiretos. Sem entrar em maiores detalhes, cabe-nos aqui registrar, por exemplo, que em 1990 o Pólo Petroquímico de Camaçari sozinho contribuiu com 13,6% da receita tributária do Estado da Bahia, sendo de 32,8% o seu peso na receita do ICMS, gerado pela indústria de transformação. Ao lado de outros investimentos na indústria pesada (Refinaria Landulfo Alves, Centro Industrial de Aratu, etc.), o pólo de Camaçari concorreu fortemente para alterar estruturalmente a economia baiana, aumentando o peso do setor secundário de 12,0%, em 1960, para 30% do PIB estadual em 1990. Cabe ainda mencionar que entre 1970 e 1980 a Bahia, basicamente em função do Pólo, cresceu em 20,7% sua participação no VTI da indústria de transformação do País, expansão que persistiu nos anos 80, tendo o Estado, em 1987, 3,88% do mesmo VTI (3,54% em 1960) (Diniz e Lemos, 1989).

Outros dados confirmam os elevados impactos do Pólo. A capacidade industrial instalada é da ordem de 5,5 milhões de toneladas/ano, em 1989 os empregos diretos (25.000) mais os ligados às prestadoras de serviço (31.000) somavam 56.000 (Hidroconsult, 1989), ou seja, 19,6% do emprego gerado na indústria de transformação do Estado. Além disso, vale destacar que o nível de atividade do Pólo expandiu-se mesmo ao longo dos difíceis anos 80, graças à ampliação das exportações, tendo o índice de produção (1960 = 100) atingido 163,3 em 1989,

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Dados do Centro de Estatística e Informações (CEI) da Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia.

enquanto o total de vendas registrava o valor de US\$ 3,418 bilhões no mesmo ano (US\$1,994 bilhão em 1986) (CEI, 1991).

Apesar das evidências acima, não é raro encontrarmos na literatura afirmações de tom pessimista sobre os impactos do Pólo que seriam muito localizados, com reduzidos efeitos para trás e para frente em nível regional ou mesmo estadual. Embora as repercussões esperadas fossem maiores, não podemos considerá-las pouco importantes, tendo o Pólo contribuído decisivamente para o maior nível de emprego e renda estadual e regional, além de representar hoje uma possível base para a esperada verticalização da matriz industrial da petroquímica regional, da qual o Pólo é uma pré-condição como supridor de bens intermediários.

O que nos parece importante destacar é que o Pólo insere-se no principal espaço até aqui aberto ao Nordeste no processo de integração, qual seja o de supridor de bens intermediários. A etapa seguinte de transformação petroquímica final enfrenta dificuldades ligadas aos custos de transporte, vez que nessa etapa ocorre agregação de volume, o que encarece aqueles custos e induz a localização das plantas industriais próximas ao mercado consumidor. Obviamente, isso limita os efeitos a jusante, que no entanto poderão ser ampliados no futuro, caso sejam superadas algumas restrições e tendências de mercado que até aqui dificultam o aproveitamento da vantagem da existência de intermediários petroquímicos.

Assim, devemos ter claro que a própria continuidade e expansão do Pólo dependerá da sua capacidade de concorrer no mercado de petroquímicos, que torna-se cada vez mais competitivo em nível mundial, num contexto de redução das alíquotas de importação por parte do Brasil, combinado com as perspectivas de restrições comerciais por parte dos blocos econômicos, o que pode afetar as exportações. Tudo isso numa fase em que a capacidade instalada em nível mundial vem crescendo bem acima da demanda. Essas dificuldades vêm sendo enfrentadas com a busca tanto de atualização tecnológica, até aqui obtida na maioria dos casos, embora em alguns deles já haja defasagem, quanto de diversificação do mercado interno em novas aplicações de petroquímicos. A continuidade desse esforço pode ser ameaçada, entretanto, pela permanência da estagnação econômica, pela redefinição do papel do Estado, privatização incluída, e da política industrial, etc., o que levanta dúvidas ainda não elucidáveis.

Às restrições acima podemos contrapor alguns argumentos. Um dado favorável está no ainda reduzido nível de consumo per capita de produtos petroquímicos, tanto no Brasil quanto nos países em desenvolvimento, havendo ampla margem para expansão do mercado.8 Além disso, sabe-se também ser elevada a elasticidade-renda da demanda de petroquímicos. Estimativas de Candal e Oliveira (1986) mostram ser esta elasticidade (em relação ao PIB) no Brasil de 2,28 para os plásticos, de 1,28 para os elastômeros e de 2,17 para as fibras (apud Guerra, s/d). Assim, tanto uma retemada do crescimento econômico, quanto uma redistribuirão de renda provocarão fortes efeitos de expansão do consumo de petroquímicos. Adicionalmente, conforme ressalta Guerra (s/d), a implementação de programas ligados à construção civil (habitação e saneamento) e à irrigação, que aparecem como alternativas prováveis dado o conhecido quadro de carências nessas áreas,

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> O consumo per capita de plásticos, p. ex., no Brasil, em 1989, era sete vezes inferior ao da Alemanha, em 6,4 ao do Japão, em 5,6 ao dos EUA, em 5,2 ao da Itália etc. (Oliveira, 1990; apud Guerra, s/d).

ampliariam a demanda de termoplásticos.

Outro ponto merecedor de exame é a possibilidade de implantação, na Bahia mais provavelmente, da indústria de transformação petroquímica que multiplicaria os encadeamentos a jusante do Pólo. Conforme já mencionamos, este último estágio da petroquímica, por conta dos custos de transporte, localiza-se junto da produção de bens finais que, como é sabido, concentra-se no Sudeste do País. A implantação de plantas desse setor na Bahia, ou seja no Nordeste, está na dependência direta da estabilização da economia e da retomada do crescimento, o que expandiria o ainda reduzido mercado regional, tornando mais atraente o aproveitamento da matéria-prima petroquímica. Embora essa alternativa não pareça plausível a curto prazo, é possível que, com o apoio de uma política industrial em nível federal e/ou estadual, certos espaços sejam progressivamente abertos e que pelo menos empresas pequenas e médias venham a ocupá-los. Isso pode não ser suficiente para a instalação da indústria de transformação petroquímica em sua plenitude, porém algumas brechas poderão surgir alargando a diversificação da indústria e agregando maior valor ao PIB regional.

# 3.2 O complexo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro 10

Em função da expansão da agricultura irrigada, a região do submédio São Francisco, que tem como centros maiores as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), tem apresentado demonstrações evidentes de dinamismo. Embora essas duas cidades já apresentassem tendências de crescimento derivadas da agricultura e das funções de entrepostos comerciais, foi nos anos 70, com a implantação de grandes projetos de irrigação, que se iniciou o maior impulso de crescimento na área. Nessa fase mais recente, observa-se a intensificação das relações capitalistas e a crescente utilização de tecnologia e insumos com o dispêndio de elevadas somas de capital para a montagem da infra-estrutura de irrigação. Nesse processo, a presença do Estado foi crucial, posto que montou a maior parte da infra-estrutura de captação e distribuição de água, cuidando também de aspectos administrativos dos projetos, da assistência técnica etc.

Embora inicialmente fosse dada certa ênfase ao cultivo irrigado de produtos ligados à chamada pequena agricultura, firmou-se na área um modelo micto de pequenas, médias e grandes glebas irrigadas com o cultivo cada vez maior de produtos de elevado valor comercial, destinados tanto à venda in natura para os mercados de maior poder aquisitivo, externo inclusive, quanto ao processamento local em plantas industriais. No bojo desse impulso de acumulação, unidades fabris

Nesse sentido apontam as expectativas da Fundação Centro de Projetos e Estudos - CPE da Bahia, embora de forma um tanto excessivamente otimista. Considera esta ser possível diversificar a indústria baiana, crescendo o peso de bens finais onde o mercado regional já comporte escalas de produção viáveis economicamente, por exemplo, os setores têxtil/confecções, mobiliário, calçados, higiene e limpeza, produtos farmacêuticos, materiais de construção, etc., aproveitando-se também de deseconomias de escala (econômicas, ecológicas e sociais) do Centro-Sul. Com isso abrir-se-ia espaço para a verticalização da petroquímica (além da metalurgia) num processo em que os bens finais e a verticalização dos intermediários estimular-se-iam conjuntamente (Seplantec/CPE, 1991).

de variados ramos foram sendo instaladas e/ou expandidas, amplificando o dinamismo da área, para o que foi importante também a instalação de distritos industriais (Juazeiro e Petrolina) e as facilidades inerentes de infra-estrutura.

O crescimento dos anos 70<sup>11</sup> manteve-se elevado ao longo dos anos 80, ocorrendo um aprofundamento da intensidade de capital e de tecnologia, sofisticando-se as técnicas de irrigação. Ao mesmo tempo, verifica-se a implantação de grandes projetos de irrigação por parte da CODEVASF envolvendo a participação de grandes e médias empresas nacionais e mesmo internacionais. Nessa época instalam-se na área diversas plantas industriais de ramos variados: processamento de alimentos, bens de capital, embalagens, equipamentos para irrigação, materiais de construção, fertilizantes e rações, etc. Nessa mesma década, mesmo em meio à estagnação da economia, foram incorporados à agricultura cerca de 56 mil hectares, enquanto o setor industrial gerava cerca de 24.000 empregos (Galvão, 1990). 12

Para que se possa melhor avaliar a expansão econômica da área, encontram-se ali, entre outras, uma usina de açúcar, duas vinícolas, plantas de beneficiamento de tomate, pimentão, aspargos, cenouras e pepinos, mármore, fertilizantes, equipamentos para irrigação, fiação, óleos comestíveis etc., o que mostra o avanço e diversificação da atividade secundária na região.

Mesmo assim, temos que ter claro que a principal fonte de dinamismo é ainda a agricultura irrigada que cada vez mais se intensifica em nível de capitalização e de sofisticação tecnológica, ampliando crescentemente suas vendas com a abertura de novos mercados na Europa e nos Estados Unidos.

Na base desse dinamismo, podemos identificar alguns fatores condicionantes de maior realce. Em primeiro lugar, a atuação do setor público, seja provendo a infraestrutura de irrigação de forma subsidiada, seja através dos incentivos fiscais e creditícios. O esquema 34/18/FINOR e o FNE têm contribuído fortemente para a atração de grande empresas e projetos (agrícolas e industriais). Além disso, os governos estadual e municipal têm, junto com o federal, investido também na infraestrutura (principalmente de transporte, porto fluvial, aeroporto e estradas).

Outro importante fator dessa expansão é o clima. Por conta disso, principalmente pela quase constante insolação, só interrompida nos três meses em que chove na área, é possível colher mais de uma safra por ano, <sup>13</sup> o que permite um retorno maior do capital fixo investido.

Essa facilidade de manejo do ciclo das culturas propiciada pelo clima, permite uma outra vantagem: o aproveitamento de brechas de mercado em época em que

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> No período 1970/80 a área agricola incorporada cresceu no Vale a 1,6% a a, enquanto crescia a 0,4% no Estado de Pemambuco; o pessoal ocupado na agricultura cresceu, respectivamente 4,7% e 0,7%; o uso de defensivos expandiu-se 19,8% e 7,5%. No mesmo período cresceu de 3% para 12% o peso do setor secundário no produto da microregião que envolve Petrolina (Melo, 1990, apud Katz e Lima, 1993).

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Esses resultados poderiam ser mais expressivos caso não tivessem sido paralisados, em função da crise econômica, vários projetos industriais com área reservada no D.I. de Petrolina e ligadas à metalurgia, pré-moldados, materiais de construção, insumos agrícolas, alimentos, embalagens, higiene e limpeza, vestuário e calçados etc.

A uva, por exemplo, pode ser colhida cinco vezes a cada dois anos. Em média são colhidas 30 e 20 toneladas por hectare/ano de uva e de manga, respectivamente (Jornal do Commércio, 10/08/93).

as demais regiões produtoras não conseguem produzir. Isso tem facilitado bastante a abertura de novos mercados na Europa para a venda, p.ex., de manga e uva.

Além disso, deve-se mencionar ainda que há na área a presença de um nível razoável de organização dos produtores através de cooperativas e associações, o que facilita a expansão de mercado, a obtenção de financiamentos, a difusão de tecnologias e mesmo o rebaixamento de custos de transporte na exportação de frutas, além de facilitar, via compra conjunta de alguns equipamentos, o controle de qualidade das mesmas. Observa-se ainda, dado o nível de competitividade do mercado internacional, uma crescente conscientização da necessidade de controles de qualidade e de investimentos nas técnicas e equipamentos de pós-colheita, o que é indispensável para a manutenção e ampliação dos mercados abertos ao exterior.

A continuidade, principalmente a curto prazo, do crescimento agroindustrial no entorno da região de Petrolina/Juazeiro, em parte pelo menos, está na dependência da manutenção do fluxo de incentivos fiscais que tem atraído capitais de fora da região rebaixando o custo do investimento privado. A tendência, entretanto, é que as condições favoráveis de clima e de mercado se firmem como condicionantes maiores do crescimento, dado que há ainda muita disponibilidade de solo e de água, <sup>14</sup> caso venha a ocorrer uma mudança nos rumos com redução dos incentivos regionais (FINOR e FNE). Isso em função dos freqüentes questionamentos por parte de interesses de outras regiões e da própria redefinição do papel do Estado em curso já há algum tempo.

Cabe, entretanto, chamar atenção para a necessidade de monitoramento da área plantada e das tendências de mercado em vista da ênfase que vem sendo aplicada ao cultivo de manga e uva não só em Petrolina/Juazeiro como também em outras áreas em fase inicial de expansão de agricultura irrigada no Nordeste (Sergipe, por exemplo). Com a concentração nessas culturas, poderão ocorrer excedentes de oferta, reduzindo a rentabilidade naqueles momentos em que o mercado internacional é mais favorável, ou seja, quando ocorre a entressafra nos demais países produtores.

É importante entender, assumindo que o monitoramento é possível, que o dinamismo do Vale do S. Francisco tem perspectivas de continuidade, mesmo com uma ênfase menor na ação do Estado. Mais ainda, essa expansão tem potencialidades de repercutir sobre a economia da região, ampliando a ma!ha industrial que norma!mente acompanha a intensificação capitalista na agricultura (encadeamentos gerados pelo fornecimento de insumos e pelo processamento de bens agrícolas), <sup>15</sup> mas também diversificando a economia em outros ramos industriais e abrindo espaços no setor terciário em função do elevado fluxo de renda e de emprego gerados pelas principais culturas (uva, manga, tomate, etc.) em cultivo na área. Embora seja um processo econômico dependente do nívei geral de atividade da economia, ou do comportamento nem sempre estávei do mercado

Segundo a CHESF, 71.000 hectares são irrigados atualmente no Vale do S.Francisco, havendo expectativa de que essa área crescerá para 250 mil hectares até o ano 2000, incluindo os estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas (Gazeta Mercantil, 30/03/93).

Para que se tenha uma idéia, apenas com a compra de embalagens para a exportação de uva e manga os produtores gastam cerca de US\$ 5 milhões por ano (Jornal do Commércio, 10/08/93).

externo, o avanço já detectável na área é suficiente para afastar a idéia de enclave às vezes ainda difundida ou apenas insinuada por alguns pesquisadores, seja em palestras seja na literatura disponível. Vale aqui lembrar, para calçar a afirmação acima com uma variável síntese, que a região de Petrolina/Juazeiro transformou-se num pólo de atração de migrantes, tendo a cidade de Petrolina entre 1970/80 e 1980/91 crescido sua população a uma taxa média anual de 5,47% e 4,82%, respectivamente. Nos mesmos períodos, a expansão populacional de Pernambuco foi de 1,76% e 1,35% ao ano. Em 1991 a taxa de urbanização de Petrolina atingiu 71,65%, pouco acima da de Pernambuco (70,85%) (Lubambo et alli, 1993) o que mostra a expressividade das atividades urbanas e evidencia a diversificação da economia da região. Esta, assim, absolutamente não se limita às atividades dos chamados perímetros irrigados, o que tenderia a ocorrer caso prevalecesse um padrão de enclave agrícola. 16

## 3.3 Os cerrados do Oeste da Bahia

A região dos cerrados no Oeste baiano, que passa hoje por um boom expansionista, desde a II Guerra Mundial desperta atenções governamentais e, em função de ações diversas, tem conseguido impulsionar bastante sua estrutura econômica, enquanto mudanças diversas têm sido observadas na estrutura produtiva, adiante comentadas.

Independentemente de outras transformações, note-se que nos anos 60 e 70 observaram-se alterações substantivas na área, incluindo-se a criação de novos municípios, a construção da hidrelétrica de Correntina, a interligação via rodovias a Brasília e ao Piauí, bem como por estradas estaduais dos seus municípios entre si.

Paralelamente, observou-se um processo de valorização das terras, o seu uso crescente para a pecuária mais intensificada e para outras atividades como a canade-açúcar e o reflorestamento. Tudo isso dentro do âmbito do apoio governamental, via crédito e subsídios diversos, o que envolveu inclusive a implantação de projetos de irrigação e colonização.

Resultou de todo esse conjunto de investimentos públicos e privados a dinamização de um mercado regional de bens e serviços diversos bem como a criação de um mercado de trabalho, o que vai facilitar bastante a expansão extremamente rápida da área cultivada observada nos anos 80, ao lado da crescente importância ecoriômica da região.

Esta vigorosa expansão da economia do Oeste da Bahia, sem dúvida, está associada à introdução e rápida expansão da soja.

Esta foi implantada na área em função das migrações de agricultores do Sul do País, dos avanços tecnológicos que viabilizaram o cultivo da soja nos cerrados, bem como em função dos subsídios governamentais (Santos Filho, 1989).

É importante ressaltar que a participação do Estado tem sido, sem dúvida, decisiva para esta arrancada, seja através da infra-estrutura que bem ou mal vem sendo expandida, seja através dos mecanismos da política agrícola que têm

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Uma pesquisa recente sobre as migrações de famílias de baixa renda em Petrolina (Lubambo et alli, 1993) mostra, entre outras coisas, que apenas 14% dos migrantes mantiveram-se na atividade agropecuária, tendo 20,9% deslocado-se para o comércio e 16,3% para a prestação de serviços.

apoiado decisivamente a expansão das culturas mais voltadas para o mercado externo. Isso em função da diretriz da política econômica de gerar mega-superávits na balança comercial para saldar os serviços da dívida externa, posta em prática desde a década de 80.

Com a soja, implanta-se na região todo um conjunto de atividades e práticas ligadas à agricultura moderna que marcam a penetração das relações capitalistas, a exemplo do já verificado em outras áreas. O crescimento dá-se em forma de boomentre 1980/81 e 1985/86 a área plantada com soja expandiu-se 143 vezes e a produção em 848 vezes, enquanto crescia também, embora em escala bem mais reduzida, a produção de arroz. Apesar deste ritmo de crescimento, em 1986 a área ocupada com arroz e soja (231 100 ha) representava apenas 7,5% da área agriculturável dos cerrados baianos (Santos Filho, 1989). A importância econômica da soja, no entanto, passa a ser infinitamente maior que a das demais atividades, induzindo, inclusive, repercussões diversas sobre atividades terciárias como às relativas a insumos modernos, assistência técnica, armazenagem, crédito, etc.

Deve-se ressaltar que na safra 1991/92 foram produzidas cerca de 800 mil toneladas de grãos no Oeste da Bahia, principalmente soja, milho, arroz e feijão, sendo de 460 mil toneladas a fatia correspondente à soja. Com isso, esta região já se constitui na maior área produtora de grãos do Nordeste do País (Queiroz, 1992). Como desdobramentos importantes desse intenso crescimento já foram instaladas no Município de Barreiras duas plantas industriais de processamento de soja do porte de 270 mil toneladas/ano, a Olvebasa, e de 450 mil toneladas/ano, a Ceval, esta inaugurada em 1992.

Da safra de soja, estima-se que 230 mil toneladas sejam absorvidas no próprio Nordeste, sob a forma de óleo e de farelo de soja, devendo serem exportadas cerca de 140 mil toneladas de farelo.

As expectativas de expansão da área cultivada no Oeste baiano são bastante otimistas, estando previsto que a produção deverá triplicar até 1995, situando-se no patamar de 2,6 milhões de toneladas. Para a soja a expectativa é de que a produção atingirá 1,7 milhões de toneladas no mesmo ano, 17 devendo cerca de 1,0 milhão de toneladas de derivados serem absorvidas pelo mercado externo. Além disso, deve-se ressaltar que nos cerrados vizinhos dos Estados do Piauí e Tocantins a produção de grãos, que vem também crescendo bastante, a estimativa para 1992 situa-se em cerca de 1,0 milhão de toneladas.

As expectativas favoráveis à expansão da soja na região centram-se primeiro na crescente demanda em nível internacional, estando o Brasil bem posicionado para atender parte significativa do crescimento previsto de 40 milhões de toneladas/ano até o ano 2000. Além disso, deve-se levar em conta que apenas cerca de 10%, ou seja, 450 mil hectares sendo 330 mil com soja, das terras aptas foram incorporadas ao cultivo de grãos no Oeste da Bahia.

Apesar dessas expectativas otimistas, é imprescindível destacar que alguns gargalos devem ser removidos para que as estimativas se confirmem. Os problemas concentram-se nos custos de produção que, a despeito do uso de recursos modernos, são ainda superiores em cerca de 20% aos registrados no Paraná (Queiroz, 1992.) e nas dificuldades de escoamento da produção impostas pelas

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Estas cifras foram estimadas com base em levantamento feito junto às grandes cooperativas que atuam na área. Ver Queiroz, 1992.

deficiências da malha de transporte. Estes estrangulamentos ganham importância, acrescente-se, ao se saber que quantidades crescentes da expansão prevista para produção de grãos deverão ser colocadas no mercado internacional. Para isto é imprescindível a existência de custos competitivos com as demais áreas produtoras dentro e fora do País.

O estrangulamento da infra-estrutura de transportes é um fato que já preocupa o governo do Estado da Bahia. Conforme informações colhidas junto à Fundação CPE, órgão da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, ações já vêm sendo desenvolvidas no sentido de viabilizar, através de empréstimos externos, os recursos para a recuperação e expansão da malha de transporte com destaque para a prevista articulação rodo-hidro-ferroviária, onde a soja seria transportada até Juazeiro, via rodo-fluvial e daí até o porto de Aratu por ferrovia, ou ainda para o porto de Suape, caso se viabilize a ferrovia transpordestina.

Gargalos à parte, deve-se ter em conta que ao lado do boom da soja vêm sendo bastante expandidas as atividades urbanas no Oeste da Bahia com o surgimento de cidades de médio porte, contando com o suporte de toda uma rede de serviços associados aos núcleos urbanos modernos (comércio, saúde, educação, construção civil, etc.), inclusive, e principalmente, com a instalação de agroindústrias de beneficiamento da soja. Observa-se assim uma crescente integração da área com os demais espaços econômicos do País, associada à dinâmica e à lógica da acumulação em nível nacional.

Por conta do dinamismo até aqui observado, a região do Oeste baiano constitui hoje, sem dúvida, um caso atípico dentro do quadro geral de estagnação observado na economia brasileira, e no Nordeste, ao longo dos anos 60. Esta região desponta como uma área que pode se constituir num pólo de desenvolvimento integrado em vista das vinculações com o setor industrial e com as demais atividades urbanas de comércio e de serviços de uma maneira geral, que se associam ao crescimento agrícola com base na intensificação do uso do capital.

Algumas dessas vinculações para frente e para trás já se sobressaem. Além das unidades de beneficiamento da soja, despontam atividades como avicultura e suinocultura e a frigorificação de carnes em geral, beneficiando-se da produção local de milho e, principalmente, de farelo de soja. Do lado dos insumos, a área começa a atrair fornecedores de equipamentos agrícolas, inclusive conjuntos para irrigação, além de fertilizantes e calcário.

Embora ainda no início, a diversificação para as atividades industriais tem perspectivas principalmente se levarmos em conta que junto do Oeste da Bahia estendem-se os cerrados pelo Piauí, Tocantins e Maranhão com padrão semelhante de ocupação dos solos. Sendo a cidade de Barreiras hoje um centro urbano de médio porte para onde convergem os fluxos econômicos da área, é bem provável que para lá fluam com mais facilidade os investimentos ligados ao chamado complexo agroindustrial. A diversificação da economia, mantida a tendência de crescimento do setor agrícola, induzida pelo crescimento da renda, deverá também ocorrer como tem sido o padrão historicamente observado.

Pelo visto, embora ainda num estágio não tão diversificado quanto o já existente no Vale do São Francisco, a região dos Cerrados tende a continuar crescendo e expandindo sua vinculação com outros centros urbanos do Nordeste, a Região Metropolitana de Salvador, por exemplo, desenvolvendo o papel de fornecedor de

alimentos in natura e processados e absorvendo produtos industriais. A proximidade geográfica, entretanto, poderá estimular uma integração com o Centro-Oeste. A expansão da malha de transportes deverá ser decisiva para definir o futuro dessa vinculação.

# 3.4 O pólo têxtil/confecções de Fortaleza

Como é sabido, o setor têxtil é um dos mais tradicionais do Nordeste. No movimento geral da integração dos mercados nacionais, entretanto, observou-se uma perda de importância do mesmo, tanto no contexto nacional, quanto no regional, em vista da ação de incentivos diferenciados (de mercado e estatais), beneficiando o setor têxtil do Centro-Sul. Mesmo assim, em 1989 estimava-se que a indústria têxtil nordestina gerava cerca de 20% do total produzido no País (Carvalho, 1989).

Com a criação de SUDENE, o têxtil nordestino sofreu um processo de intensa modernização, findo o qual fecharam inúmeras empresas obsoletas e outras, atualizadas tecnologicamente, surgiram. Nesse processo, mudou também a localização do parque regional, tendo Pernambuco sofrido grandes perdas, em boa parte por ter sido a Região Metropolitana do Recife, entre 1969 e 1987, excluída da faixa A de prioridades da SUDENE, enquanto o Ceará ampliava sua participação.

Nesse interim, ocorreu também uma desintegração da indústria em nível regional, com a gradativa queda de produção de algodão no Nordeste, dada a praga do bicudo. Com isso, as fiações passam crescentemente a comprar matéria-prima fora da região e no exterior, mas, mesmo assim, assumem um papel cada vez mais expressivo no setor, principalmente pelo elevado nível de atualização tecnológica. Enquanto isso, a tecelagem perdeu peso na região, concentrando-se no Centro-Sul, porém o outro elo da cadeia, o de confecções, despontou com crescente importância, inclusive em nível nacional.

Participando ativamente dessas modificações, a indústria têxtil/confecções do Ceará, mais especificamente de Fortaleza, desponta hoje como um dos importantes centros do setor, tanto em nível regional, quanto nacional. Entre 1970 e 1985, por exemplo, o número de estabelecimentos têxteis do Ceará cresceu de 155 para 358, enquanto os ligados ao vestuário passavam de 152 para 850 (Censos Industriais - IBGE). Afora os números em si, é muito mais significativo o fato de ter havido crescimento mesmo ao longo dos anos da "década perdida". Em 1991, segundo o Sindicato da Indústria de Confecções do Ceará, o pólo cearense reunia cerca de 3.000 empresas, gerava 60.000 empregos diretos e era responsável por 12% do ICMS do Ceará. Esses dados, mesmo que possam ser superestimados, ilustram bem o dinamismo da atividade naquele Estado.

Na origem da indústria têxtil/confecções cearense encontram-se as habilidades artesanais das "rendeiras", as qualificações e vocações de uma população afeita ao setor juntamente com os tradicionalmente baixos níveis salariais e a disponibilidade de algodão. A partir dos anos 80, contando com o crescente apoio governamental e o espírito empresarial empreendedor, foram sendo organizadas feiras da moda que vão pouco a pouco ocupando espaço em nível nacional e que hoje reúnem mais de 400 empresas. Para isso contribuiu também a organização dos produtores em associações e sindicatos, tanto na dinamização de mercados, quanto na busca do

apoio do Estado. Esse apoio tomou a forma de incentivos fiscais estaduais, bem como do FINOR/SUDENE. As facilidades dos incentivos atraíram grandes projetos para Fortaleza, na tecelagem e principalmente na fiação. Outros fatores como o dinamismo empresarial, a qualidade dos produtos, associada a preços competitivos, e a própria diferenciação de produtos das confecções impulsionaram fortemente a expansão do pólo cearense.

É importante ter em conta que o parque têxtil/confecções de Fortaleza apresenta-se competitivo em nível nacional e, no caso da fiação, em nível internacional, em função de sua atualização tecnológica. Os segmentos de embora apresentem as heterogeneidades confecções. características do desenvolvimento desigual, contam com um padrão de nível tecnológico semelhante ao existente no Centro-Sul do País, mesmo que este esteja em média dez anos atrasado em relação ao padrão dos países mais avançados do setor, conforme afirmaram alguns empresários entrevistados em Fortaleza em fins de 1991. No segmento da fiação, que tem 80% do peso do setor fiação/ tecelagem. predomina a atualização tecnológica mesmo para os padrões mundiais. Isso é explicado tanto por se tratar de um parque industrial recente, tendo cerca de 80% dos equipamentos menos de dez anos, segundo empresários locais. Além disso, dada a rapidez das mudanças tecnológicas no setor, torna-se necessário dedicar pelo menos 5% das despesas anuais em modernização, o que em geral vem sendo seguido pelos empresários da fiação cearense.

As perspectivas da expansão do setor evidentemente têm a ver com a retomada do crescimento e com uma melhor distribuição de renda na economia brasileira, o que expandiria o mercado interno. A abertura comercial pode ter implicações negativas sobre a tecelagem e as confecções, caso a defasagem tecnológica não seja superada, porém a própria retomada do crescimento, caso se confirme, deverá estimular investimentos em modernização e expansão, gerando condições de competição diante da redução das alíquotas de importação. A questão que se coloca é se haverá capacidade financeira dos empresários cearenses para os investimentos em atualização numa fase de dificuldades para um maior apoio por parte do setor público. Diante disso, é fácil imaginar que, com a menor proteção e com o mercado interno encolhido, haverá uma tendência à concentração do número de empresas do setor prevalecendo as de maior capacidade financeira.

Os encadeamentos do pólo cearense com a região poderão ser ampliados a médio e longo prazo caso, por exemplo, o Nordeste consiga recuperar sua cultura do algodão, convivendo com o bicudo. Em um plano mais plausível, do lado das ligações para frente, coloca-se a perspectiva da instalação de pequenas e médias malharias que se beneficiariam das fiações como fonte de matéria-prima. Essa perspectiva vem sendo estimulada por empresários ligados às fiações, que vislumbram um reforço de mercado com as malharias, mesmo pequenas, a exemplo

Observa-se que, enquanto no período 1970/74 o Ceará recebeu apenas 9,8% dos incentivos do FINOR, em 1985/90 essa fatia cresceu para 22,4% (US\$476 milhões), boa parte destinada a projetos do setor (Lima e Katz, 1992).

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Note-se que parte da matéria-prima das fiações, as fibras sintéticas, provêm do Pólo Petroquímico de Camaçari. O retorno do algodão nordestino teria ainda que superar dificuldades tecnológicas postas pelo tamanho da fibra que deve ser compatível com as máquinas de fiação adaptadas ao padrão do algodão encontrado no mercado internacional.

do modelo existente no Sul do País. Com isso, seria recomposto um elo quase perdido da indústria nordestina e expandida a integração do setor em nível regional.

Do lado das confecções, há espaço para um reforço do setor de tecelagem (60% dos tecidos são adquiridos fora do Estado), bem como para o crescimento de unidades fornecedoras de aviamentos e linhas (cerca de 80% destes são comprados fora). Recentemente foi implantada em Fortaleza uma empresa (de capital japonês) fornecedora de equipamentos para a indústria de confecções, portanto um importante desdobramento do pólo cearense, que, por sua vez, poderá impactar também sobre outros centros de confecção do Nordeste.

# 3.5 O pólo mineiro-metalúrgico do Maranhão

O crescimento econômico mais acelerado do Maranhão, objeto de comentário no início deste trabalho, ao longo dos anos 80, em grande medida, está associado aos desdobramentos do Programa Grande Carajás (PGC) e ao interesse crescente do capital multinacional da área mineiro-metalúrgica em diversificar suas fontes de abastecimento de matérias-primas. A viabilização do PGC tem como base esse interesse, juntamente com a diretriz de política econômica do Estado brasileiro de priorizar as exportações e engajar as empresas estatais no esforço de integração da Amazônia ao mercado nacional.

Como resultado desses movimentos de capital, onde a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vem desempenhando um dos principais papéis, foram implantadas a infra-estrutura para exploração/exportação de minério de ferro (a mina em Carajás, uma ferrovia de 890 km de extensão e o porto de Ponta de Madeira, na região de São Luiz) e projetos como o da ALUMAR em São Luiz além de algumas guserias no trajeto da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

A disponibilidade de minérios, aliada à infra-estrutura de escoamento, surgem como fatores locacionais para o desenvolvimento da Siderurgia, o que pode dinamizar os efeitos de encadeamento do PGC (Machado, 1991). Para que esses efeitos venham a se concretizar, no entanto, algumas dificuldades precisarão ser superadas, o que será comentado mais adiante.

Algumas implicações desses projetos na estrutura produtiva do Maranhão, ao longo dos anos 80, podem ser evidenciadas. O PIB total do Estado, por exemplo, aumentou de US\$ 2.059,2 milhões em 1980 para US\$ 3.045,7 milhões em 1987, tendo o produto da indústria ampliado sua participação no total de 14,3% para 20,8% (Dados do Governo do Estado do Maranhão).

Como já comentamos, a CVRD tem tido uma participação das maiores nessas mudanças. Seus dispêndios no Projeto Ferro Carajás (PFC) situam-se em US\$ 2,9 bilhões, sendo destes 14% investidos nas instalações do porto de Ponta da Madeira, 20% nas minas, 10% na infra-estrutura e 56% na Estrada de Ferro Carajás (EFC). Daí resultou a criação, apenas no Maranhão, de 1300 empregos diretos e 1200 empregos indiretos e importantes impactos sobre o nível de renda e consumo de São Luiz (os menores salários do Vale situavam-se em torno de U\$ 300,00 em maio de 1992), sobre a construção civil e setor imobiliário etc. Além disso, a EFC surge como um dos maiores agentes de desdobramentos desses investimentos sobre o Maranhão. Por ela estão sendo escoados cerca de 33 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, além de passageiros e carga geral, inclusive

caminhões. Cortando regiões, anteriormente remotas, integrou-as ao circuito da produção mercantil. A EFC, por exemplo, participa da dinamização do pólo agrícola do Sul do Maranhão, região de cerrado, onde a produção de soja começa a se expandir, sendo possível que até o final da década estejam sendo colhidas um milhão de toneladas de soja 20

Um outro projeto em implantação deverá ampliar o uso da EFC. Trata-se do projeto CELMAR, que tem a CVRD como sócia, para produção de celulose em Imperatriz, para o qual prevê-se investimentos de US\$ 1,2 bilhão. Quando concluído, deverá produzir 420.000 toneladas/ano, gerando diretamente 800 empregos, mais 3000 no reflorestamento, além de cerca de 3200 empregos indiretos.<sup>21</sup>

Além disso, a EFC ajudou a dinamizar a instalação de usinas de ferro-gusa e de ferro-ligas ao longo de sua extensão. Esses projetos associam-se também, vale registrar, a outros fatores condicionantes, como o processo de redivisão internacional do trabalho na siderurgia no sentido dos países menos desenvolvidos, esta, por sua vez, condicionada por questões energéticas, ambientais e da própria expansão de mercado no interior destes países. Ademais, estes projetos beneficiariam-se em muito de incentivos tributários e financeiros específicos para projetos na área do PGC. Por fim, devemos ter em mente que a existência de matéria-prima, minério de ferro e madeira para carvão vegetal também contribuiu para os investimentos nessas usinas (Machado 1991).22

Ao lado dessas vantagens locacionais, os projetos siderúrgicos defrontam-se com algumas dificuldades, como a redução dos precos no mercado internacional, a escassez de mão-de-obra qualificada e até mesmo de carvão vegetal. Esta, em função da reduzida tradição local na sua produção, bem como das pressões ambientalistas contra o desmatamento. Os custos do reflorestamento, comparados aos preços do gusa, podem inviabilizar o seu uso e, assim, as usinas tendem a recorrer ao desmatamento. Do lado oposto às dificuldades, alguns pontos positivos podem ser listados: o baixo consumo per capita de aço, notadamente no Norte e Nordeste, e o mercado regional já significativo de fundidos e acos não-planos (Machado, 1991). Com a retomada do crescimento, esses fatores podem expandir o mercado e levar à superação das limitações acima, alargando os impactos regionais do PGC.

O projeto da ALUMAR é outro de grande expressão na indústria maranhense. Trata-se de uma associação da ALCOA, ALCAN e BILLINGTON donde resultou um investimento de US\$ 2,0 bilhões para a produção de 3 milhões de toneladas/ano de alumina e 500 mil de alumínio, estando atualmente sendo geradas um milhão de toneladas de alumina e 350 mil de alumínio. De forma semelhante ao caso da CVRD, a ALUMAR injeta mensalmente um fluxo elevado, pelo menos para os padrões locais, de rendimentos na economia de São Luiz.<sup>23</sup> O projeto criou 4100 empregos diretos, estimando-se em 12000 os empregos indiretos, tendo ainda

23 Segundo dados colhidos na ALUMAR, o dispendio medio mensal da mesma no Maranhão é de US\$ 113

milhões, incluindo salários, compras (serviços inclusive) e impostos.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> A soja sai da região de Balsas por rodovia até Imperatriz de onde vai pelos trilhos da Norte-Sul até o entroncamento desta com a EFC em Acailândia e daí até Ponta da Madeira.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Um outro projeto de características semelhantes, o FLORAR, encontra-se em fase de estudos. <sup>22</sup> Entre os 22 projetos submetidos à Secretaria Executiva do PGC, sete estão instalados ou em andamento sendo quatro no Pará e três no Maranhão.

articulações a montante via absorção de bauxita do Rio Trombetas, de cal do Ceará, de soda cáustica de Alagoas, da energia elétrica de Tucuruí, além dos serviços de manutenção refletidos nos empregos indiretos. As articulações pelo lado do uso do alumínio são reduzidas já que 95% do mesmo é exportado. Apesar disso, é importante lembrar que, dos 5% destinados ao mercado interno, parte alimenta uma planta de perfis de alumínio (de propriedade de um dos sócios) em Pernambuco, sendo, caso o mercado interno volte a crescer, uma possível fonte de maior articulação intra-regional. As perspectivas de instalação de novas plantas de perfis de alumínio, seja em São Luiz seja em outros Estados do Nordeste, são reduzidas em função dos elevados investimentos exigidos e das dimensões do mercado. Em nível local os desdobramentos diretos são, portanto, limitados às pequenas fundições e aos serviços industriais. Vale ressaltar, porém, que por tratar-se de um projeto que usa tecnologia totalmente atualizada, o relacionamento com es parceiros locais tem gerado efeitos indiretos, elevando o padrão tecnológico destes fornecedores.

# 4. À GUISA DE CONCLUSÕES

Pelo que foi exposto acima, os pólos dinâmicos da economia nordestina constituem-se em concentrações de avanços e de transformações concretas sobre a estrutura produtiva, mesmo que de forma limitada e enfrentando dificuldades de expansão nessa fase de crise da economia brasileira.

Embora com características e potencialidades distintas, essas "frentes" já produziram efeitos importantes sobre o nível de emprego e renda e mesmo sobre a diversificação da economia de cada um dos seus subespaços. Dada a divisão interna de atividades prevalecente na economia brasileira, ao Nordeste vem cabendo o papel crescente de produção de bens intermediários, estando até aqui suas chances maiores de expansão industrial ligadas à disponibilidade de matéria-prima e atuando de forma a complementar a estrutura produtiva nacional. Os pólos aqui comentados inserem-se a nesse modelo e é dentro dessa lógica principal que devem ser encarados. Entretanto, as evidências acima mostram que os mesmos, em certos casos, já geraram efeitos diversificadores que transcendem a simples integração complementar à economia nacional. Mais importante ainda é entendermos que esses avanços ocorreram mesmo em uma fase de estagnação da economia e que, com a retomada do crescimento, seus efeitos de encadeamento serão certamente potencializados, não cabendo, portanto, associar aos mesmos a idéia de enclaves.

Por fim, cabe lembrar que a dinâmica desses pólos tem por trás a ação decisiva do Estado. Num momento em que a sociedade brasileira rediscute o papel do Estado, é imprescindível lembrar que esse seu papel indutor, sob a forma de inversões diretas e incentivos às inversões privadas das atividades econômicas, é fundamental para a manutenção do processo de desconcentração da produção e de redução das desigualdades regionais. Mesmo com uma menor capacidade de investimento, o Estado tem um papel decisivo de estímulo e de coordenação, que não pode absolutamente ser descartado, no sentido da diversificação econômica de regiões menos desenvolvidas. Assim, a manutenção da "despolarização" da economia brasileira certamente dependerá, entre outros fatores, dos rumos que

### **BIBLIOGRAFIA**

- CARVALHO, Teresa. Setor têxtil e confecção, Recife, 1989, mimeo.
- CANDAL, A.P.R & OLIVEIRA, J.C. Análise e projeções da petroquímica brasileira, Rio de Janeiro, 1986, mimeo.
- DINIZ, Clélio C. e LEMOS, Maurício B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: IPEA/IPLAN, Para a década de 90: prioridades e perspectivas de política pública, Brasília, vol.3, 1989.
- DUARTE, Renato. Dinâmica e transformações da economia nordestina na década de 70 e anos 80. CME/PIMES/UFPE, Recife, 1989. (Texto para Discussão, n. 206).
- GALVÃO, Olímpio. Impactos da irrigação sobre os setores urbanos nas regiões de Juazeiro e Petrolina. CME/PIMES/UFPE, Recife, 1990. (Texto para Discussão, n. 226)
- GUERRA, Osvaldo F. Camaçari 2000, Análise das alternativas de desenvolvimento econômico. UFBA/Dept. de Economia, Salvador, s/d, mimeo.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à formação econômica do nordeste. Recife: Massangana, 1989.
- Questão regional no Brasil: reflexões sobre processos recentes. Cademos de Estudos Sociais, vol. 6 n. 1, jan./jun., 1990.
- HIDROCONSULT. Ampliação do pólo petroquímico de Camaçari: objetivos e justificativas, Salvador, 1989, mimeo.
- KATZ, Fred e LIMA, Policarpo. Inovações tecnológicas e desenvolvimento na periferia: estudo de casos no nordeste brasileiro. Recife: Revista Pernambucana de Desenvolvimento, v.14, n. 1/2, 1993.
- LIMA, Policarpo e KATZ, Fred. *A economia de Pernambuco*: perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis. Recife: CME/PIMES/UFPE, 1992. (Texto para Discussão, n. 268)
- LUBAMBO, Cátia W, et alli. *Migrações e assentamentos populacionais em áreas de expansão do nordeste. Um estudo de caso em Petrolina.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Departamento de Economia, 1993, mimeo.
- MACHADO, Paulo F. Pólo sídero-metalúrgico de carajás: gênese de uma nova região industrial? Porto Alegre: Ensaios FEE, v.12 n.1, 1991.
- MAIA GOMES, Gustavo. Uma estratégia para acelerar o desenvolvimento do Nordeste. Recife: CME/PIMES/UFPE. 1991. (Texto para Discussão n. 233).
- MELO, Fernando V. de. A região do São Francisco: dinâmica e tendências de integração na economia regional e nacional. *Anais do Seminário sobre a Sócio-Economia de Pernambuco*, Recife, FIPE, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- QUEIROZ, Luiz N. de. Corredores de transporte para os cerrados baianos. Carta da CPE, n. 12, Salvador, 1992.
- SANTOS FILHO, Milton (Coord.). O processo de urbanização no oeste-baiano. Recife: SUDENE, 1989.
- SEPLANTEC/CEI, Perfil do Estado da Bahia: estatísticas selecionadas. Salvador: SEPLANTEC/CEI, 1991.
- SEPLANTEC/CPE. Reconstrução e integração dinâmica. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1991.
- SUAREZ, M.A. Petroquímica e Tecnoburocracia capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1986.

### **ABSTRACT**

ECONOMICS OF THE NORTHWEST: RECENT TREND IN THE DYNAMIC AREAS

This paper examines the recent changes observed in the Northeastern economy. It stresess the study of the so-called "fronts of expasion", attempting to show their dynamic links with the region. It conclued, on the one side, that these areas can not be considered as enclaves and, on the other, that the state has had an importante role in promoting these economic subspaces which contrasts with a general picture of stagnation lived in the recent years.